



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0083/16	DATA: 08/03/2016	
LOCAL: Plenário 6 das Comissões	INÍCIO: 14h40min	TÉRMINO: 15h33min	PÁGINAS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Deliberação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.  
Há oradores não identificados em breves intervenções.  
Há palavras ou expressões inaudíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio — FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos (CPI - FUNAI e INCRA).

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 14ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Dispensada a leitura da ata por solicitação do Deputado Valdir Colatto.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

A Presidência informa o recebimento dos seguintes documentos:

Ofício (da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária do Estado do Rio Grande do Norte) em resposta à requisição de informações e documentos concernentes às áreas de litígios envolvendo populações indígenas, remanescentes de comunidades de quilombolas e povos semelhantes situados naquele Estado.

Ofício (da Presidência da FUNAI) em resposta à requisição da CPI de cópias de inteiro teor de todos os documentos relacionados ao sistema de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio.

Mensagens eletrônicas (da antropóloga Flávia Cristina de Mello) em atendimento às requisições dos Srs. Deputados Nilson Leitão e Valdir Colatto por ocasião de seu depoimento perante a CPI no dia 1º de dezembro de 2016.

Mensagem eletrônica da Deputada Erika Kokay com solicitações diversas relacionadas à programação estabelecida pela CPI.

Esta Presidência informa que os documentos recebidos encontram-se à disposição dos Parlamentares na Secretaria da CPI.

Informo ainda que a Secretaria da CPI já encaminhou à Deputada Erika Kokay as informações disponíveis, conforme orientação da Presidência.



Para conhecimento dos demais membros da CPI, são as seguintes as atividades agendadas desde a data de ontem, 7 de março, até a próxima sexta-feira, 11 de março, conforme esta Presidência anunciou na reunião do dia 3 de março, última quinta-feira: diligências da equipe técnica da CPI, com a participação do Presidente, Deputado Alceu Moreira...

**O SR. DEPUTADO BETO FARO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO BETO FARO** - Quando V.Exa. terminar a leitura desse item, eu gostaria de falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

Continuando: diligências da equipe técnica da CPI, com a participação do Presidente, Deputado Alceu Moreira, na região do Mato Preto, Municípios de Passo Fundo e Erechim, no Rio Grande do Sul, conforme os Requerimentos nºs 158 e 161, aprovados na reunião do dia 23 de fevereiro de 2016, com registro de comunicações e de fatos, diligências *in loco* em reservas indígenas e nas regiões de Mato Preto e Mato Castelhana, além de reuniões com autoridades. A diligência será conduzida pelo Presidente da CPI, o Deputado Alceu Moreira.

Também se encontram agendadas audiências públicas para tomada de depoimento nas seguintes datas: no dia 10 de março de 2016, a partir das 9h30min, para ouvir o Sr. Jacques Alfonsin, ex-professor da Escola Superior do Ministério Público (Requerimento nº 32, de 2015, do Deputado Beto Faro), e o Sr. Jeferson Rocha, advogado (Requerimento nº 41, de 2015, do Deputado Valdir Colatto); no dia 16 de março de 2016, a partir das 14 horas, para ouvir o Sr. Nelson Jobim, ex-Ministro da Justiça (Requerimento nº 39, de 2015, do Deputado Adelmo Leão); no dia 17 de março de 2016, a partir das 9h30min, para ouvir o Sr. Mércio Pereira Gomes, ex-Presidente da FUNAI (Requerimento nº 8, de 2015, do Deputado Arnaldo Jordy).

Informa a Presidência também que foi solicitada data para a tomada de depoimento do Sr. Ayres Britto, ex-Ministro do STF (Requerimento nº 4, de 2015, do Deputado Arnaldo Jordy), com previsão para oitiva entre os dias 15 e 17. O depoente convidado, entretanto, informou à CPI que não poderá comparecer à Comissão no período solicitado, alegando compromissos previamente agendados. A



informação encontra-se na Secretaria da CPI à disposição dos Srs. e Sras. Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Ele sugeriu outra data?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Não.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à deliberação dos requerimentos constantes da pauta.

Passamos então à deliberação...

**O SR. DEPUTADO BETO FARO** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Pela ordem.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, pela ordem, para esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Só um minutinho.

Com a palavra o Deputado Beto Faro.

**O SR. DEPUTADO BETO FARO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com relação à questão das diligências, acho que seria bom, para o andamento dos trabalhos, que o Relator ou o nosso Presidente pudesse nos comunicar a todos da Comissão esses dias das diligências, com local e horário, inclusive para podermos nos prevenir e ir.

Hoje está havendo um procedimento de diligência no Rio Grande do Sul, mas foi informado no final de semana, quando nenhum de nós estava mais aqui, e o roteiro não deixava claro qual seria a cidade e o local onde seria feita a diligência. Isso dificulta. Nós não temos ninguém, por exemplo, hoje na diligência, e queríamos estar lá.

A forma como as coisas estão sendo feitas até inibe, exclui a possibilidade de acompanharmos as diligências. Então, eu acho que isso não é bom para o trabalho aqui. É importante, inclusive nessa diligência, que haja posições diferenciadas. Diferença é o que realmente existe na CPI.

Então, eu solicito, se vai haver diligência na semana que vem, se vai haver na outra, que, de agora em diante, divulguem para todos, o mais rápido possível, o roteiro, com a indicação da cidade e de quem vai ser objeto da diligência, como e onde, para podermos acompanhar. Sem isso, não temos como acompanhar.



Eu solicito então que o Relator ou alguém da Secretaria nos avise com antecedência, para que possamos marcar passagem, combinar, fazer esse procedimento todo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k. A solicitação do Deputado Beto Faro eu já vou passar ao Secretário Alber, para que possa atendê-la já nas próximas diligências. Já foram lidas aqui as próximas etapas do que nós vamos fazer, a pedido da Deputada Erika Kokay.

**O SR. DEPUTADO BETO FARO** - Isso aqui foi dito, nós aprovamos aqui. Não vemos problema em aprovar. O problema é o detalhamento disso, para podemos acompanhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Está bem. Vamos fazer isso.

**O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI** - Isso é bom. A presença, inclusive, da Oposição é muito boa.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Presidente, pela ordem, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Passo a palavra ao Deputado Sarney Filho.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, também quero reforçar o pedido de transparência e de maior comunicação aos membros sobre esse tipo de procedimento que há pouco foi falado aqui.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, de fazer referência a esses requerimentos, principalmente ao Requerimento nº 172, do Deputado Valdir Colatto, que diz o seguinte:

*“Requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, de um relatório contendo informações relativas a empreendimentos do Governo Federal nos quais há óbices representados por populações indígenas, remanescentes das comunidades*



*dos quilombos, outros povos e comunidades tradicionais, meio ambiente e outras situações assemelhadas."*

Não faz parte do escopo desta Comissão verificar unidade de conservação. E não sei que outros povos e comunidades tradicionais são esses que não sejam indígenas ou quilombolas. Portanto, eu acho que esse requerimento é abusivo no que diz respeito à sua abrangência.

Então, nós queríamos que V.Exa. se pronunciasse a esse respeito, porque ele não faz parte do escopo da Comissão, claramente. Basta ler as atribuições da Comissão Parlamentar de Inquérito para saber que nós não temos competência para entrar em outras áreas que não sejam terras indígenas ou remanescentes de quilombos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado, vamos deixar os Deputados falarem sobre o que quiserem e depois, quando eu iniciar a Ordem do Dia, poderemos debater. Eu volto a esse assunto daqui a pouco.

Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Presidente, são só algumas poucas observações. Em primeiro lugar, eu tenho sentido a ausência — deve ser justificada, mas não devo ter atentado para o momento da justificativa — do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Vamos dizer que seja saudade — nem tanto, porque o Deputado Heinze tem sido até mais liberal na condução dos trabalhos. *(Risos.)* E o revezamento com a Deputada Tereza Cristina é a garantia da leveza da mulher. Mas aquela “tranquilidade”, aquela “leveza” do Deputado Alceu Moreira está me dando saudade. *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO MARCON** - Chame o pessoal do PSOL...

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Essa era uma questão. A outra questão é que o convite realmente chegou ontem, no final da manhã. Eu não vou a todas as diligências, mas, eventualmente, posso querer conhecer a realidade de uma área. Eu acho que qualquer um de nós, como membro da CPI, deveria ter esse direito garantido. Do jeito que foi feito, inviabilizou a nossa ida. É um prejuízo.



Mas, Sr. Presidente, parece-me que isso já foi reconhecido e agora vamos ter outro procedimento. Tenho certeza de que V.Exas., que são aqui a Situação, não têm nada a esconder da Oposição. Deputado Sarney, nós somos da Oposição! (Risos.)

Sr. Presidente, trata-se de terra indígena, há uma equipe nominada de assessores, mas há um jornalista que não foi identificado. Seria legal conhecermos esse profissional. O jornalista oficial é assessor da CPI ou é assessor particular de algum Deputado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O Alber está me informando que o Rodrigo é um assessor do gabinete do Deputado Alceu Moreira — é um cargo de confiança dele — e está acompanhando os trabalhos. Não há despesa nenhuma para a Comissão, porque ele é do gabinete do Deputado. É ele que está fazendo esse trabalho, certo?

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Quero só reforçar que nós já tínhamos combinado de fazer uma programação para saber quem vem aqui prestar depoimento. De fato, eu achei muito estranho não ficarmos sabendo da diligência. Nós já tínhamos combinado isso, inclusive em reunião anterior da CPI. E também tínhamos combinado administrativamente, com o Presidente e com o Alber, que o planejamento das atividades fosse realizado.

Então, só para reforçar, é necessário garantir a participação de um de nós nessas reuniões de planejamento, porque o que aconteceu nesta semana não pode se repetir. Houve uma diligência, e, como ficamos sabendo em cima da hora, não tivemos a possibilidade de participar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado Nilto Tatto, já está acertado, com o nosso Secretário-Executivo, o atendimento ao pedido do Deputado Beto Faro e também do Deputado Edmilson Rodrigues, reforçado por V.Exa.

**O SR. DEPUTADO SARNEY FILHO** - Sr. Presidente, antes de entrar no mérito — quando passarmos à Ordem a Dia, V.Exa. vai explicitar algumas questões —, registro que há um requerimento meu pedindo a convocação do ex-Presidente da Samarco e de um diretor. Eu já falei com o Presidente da Comissão, que me



pediu que mandasse esse ofício. Eu já mandei. Só gostaria de saber como estão as tratativas a esse respeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Já foi encaminhado à Presidência e está na pauta de prioridades. Estão tentando fazer o agendamento.

**O SR. DEPUTADO MARCON** - Com quantos dias de antecedência temos que mandar o requerimento para V.Exa. colocá-lo em pauta, quando o requerimento é da Oposição? (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Presidente, permita-me dar uma informação.

**O SR. DEPUTADO MARCON** - Presidente, eu queria saber: quando o requerimento é da Oposição, demora quantos dias para ele entrar na pauta?

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Basta ler o Regimento para saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputado, eu já fiz aqui uma apresentação. Aqui não há oposição ou situação. Há os requerimentos.

**O SR. DEPUTADO MARCON** - Mas já sei que nós fomos dominados na Mesa. Acho que está claro. Foi correto o Deputado Marquezelli...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Há uma relação das próximas reuniões acertadas, que já li anteriormente. E o Deputado Nilto Tatto já fez uma colocação sobre a participação dos Parlamentares nas próximas deliberações. A Secretaria vai comunicar a todos os Parlamentares; quem quiser participar da reunião vai participar — *“Tal dia vamos tratar dos requerimentos”*. Essa é a situação, certo?

Pois não, Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, eu me esqueci de uma coisa que acho importante. Nesse ambiente plural, há um consenso. Hoje é um dia mundialmente dedicado à luta da mulher por sua autonomia, por sua liberdade, por seus direitos, por sua dignidade. Eu queria propor à Comissão que homenageasse as mulheres, na pessoa da Deputada Tereza Cristina...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - E da Deputada Shéridan, que está aqui também.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - ...e da Deputada Shéridan, também. Enfim, seria uma homenagem às Deputadas que compõem a CPI, bem





com às funcionárias da Casa e das assessorias aqui. É uma coisa simbólica, mas é importante valorizar a mulher.

E eu queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que recebemos uma comunicação lá do sul do Pará, de Parauapebas, onde está havendo um conflito entre o Movimento dos Sem Terra e a Vale do Rio Doce. Então, neste momento, há uma ação truculenta contra trabalhadores rurais, e as principais lideranças lá, no assentamento, são mulheres. É realmente uma grande contradição que, no Dia da Mulher, internacionalmente dedicado à mulher, a Vale do Rio Doce use do expediente da violência para negar o direito daquelas pessoas de ter um pedacinho de terra para produzir.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Então, vamos atender ao pedido do Deputado Edmilson Rodrigues. Acho que ele captou a minha...

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Espere só um pouquinho.

Eu já havia conversado a esse respeito com a Deputada Tereza Cristina. Na pessoa da Deputada Shéridan e das demais Deputadas desta Comissão e desta Casa e também das assessoras que trabalham conosco, quero registrar a homenagem da Presidência da CPI e dos colegas Parlamentares pelo Dia Internacional da Mulher.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Eu também quero registrar nosso reconhecimento, nosso aplauso, nosso carinho por todas as mulheres que estão na CPI, que estão na assessoria, que estão participando dos trabalhos, que estão aqui presentes. O Dia da Mulher não é só hoje, são todos os dias. Elas são importantes para nós todos.

Presidente, quero registrar, também, a informação que nós temos de que hoje, no Paraná, está acontecendo um bloqueio de estradas pelo MST. Nós queremos registrar nossa inconformidade. Que isso não aconteça! Não aceitamos a posição que está se colocando, a de que serão fechadas as estradas brasileiras. O



Brasil vai começar a colher a safra, nós precisamos andar e fazer a comida chegar à mesa do agricultor e das pessoas no mundo. Não vamos aceitar essa questão de trancar as estradas.

E hoje há a apreciação da Medida Provisória nº 699, de 2015, que proíbe os transportadores de trancarem as estradas, com altas multas e sanções aos motoristas trabalhadores do transporte rodoviário de carga do Brasil. Nós fizemos uma emenda: se houver sanção para os motoristas, que haja para todos aqueles que trancam as estradas brasileiras, sejam do MST, sejam indígenas ou não indígenas! Que seja realmente levado em conta qualquer um que tenha esse comportamento e não sejam discriminados os nossos transportadores!

Se há o MST, nós podemos criar, já criamos, aliás, o MCT — Movimento dos Com Terra, para fazer a defesa das propriedades dos proprietários brasileiros. Que haja a defesa desses que produzem, trabalham, pagam imposto e querem um Brasil ordeiro, um Brasil que ande dentro dos trilhos e não fora dos trilhos e das estradas.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Com a palavra o Deputado Valmir Assunção.

**O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO** - Sr. Presidente, neste nosso momento de informes e debates, eu quero só levantar uma incoerência. Eu acho que cada um de nós tem que trabalhar para não cometer esses erros de incoerência. Quando os caminhoneiros fecharam as BRs neste País, eu não vi aqui Deputado se manifestar contra o fechamento — não vi, de forma nenhuma. Ao contrário, boa parte dos Deputados pedia que o Governo negociasse.

Então, às vezes há incoerência por parte de alguns. Temos que ser coerentes. Agora, teríamos que lutar para fazer o processo de reforma agrária avançar, para poder atender à demanda dos sem-terra. Teríamos que lutar para desapropriar os latifúndios que existem neste Brasil, para viabilizar a reforma agrária. Acho que deveríamos fazer isso e não criminalizar ou ser contra os sem-terra fazerem suas manifestações.

Nós vivemos em um país onde todos têm seus direitos. E os sem-terra têm direito de fazer manifestação neste País.

Era isso, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Muito obrigado.

Eu tenho aqui 28 requerimentos. Eu queria fazer uma proposta aos colegas Parlamentares, para que pudéssemos fazer uma votação em bloco.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Concordo.

Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

Eu vou fazer a pergunta à autora do requerimento, Deputado Beto Faro, a Deputada Tereza Cristina.

Aqui há dois requerimentos, sobre os quais o Deputado Beto Faro já fez uma indagação: o Requerimento nº 22, da Deputada Tereza Cristina, e o Requerimento nº 23.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Em relação aos itens 1 e 2, eu queria fazer uma proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Só um minutinho.

Pois não, Deputado Beto Faro.

**O SR. DEPUTADO BETO FARO** - Na verdade, nós temos vários requerimentos aqui, não são só dois. Há convite para o Senador Ronaldo Caiado, para o Ministro do Desenvolvimento Agrário. Enfim, há convites para um conjunto de pessoas, com o mesmo teor: audiência pública para ouvi-las. Eu estou entendendo que é convite individual, e nós vamos proceder como procedemos até hoje na CPI. Virá aqui o Ministro do Desenvolvimento Agrário, nós vamos fazer o debate; terminado o debate com ele, a Comissão vai ouvir o Senador Caiado, ou vice-versa. É esse o meu entendimento. Não haverá nenhuma acareação aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente, permita-me fazer um apelo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Espere um minutinho.

**A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA** - Quero só responder, por favor, ao Deputado Beto Faro.

Deputado Beto Faro, com certeza os convites são individuais. Se o debate puder ser no mesmo dia, será ótimo. Vem um convidado e depois vem outro. Não



haverá a acareação de ninguém. O encontro é para nós entendermos o Ministro, a política agrária.

**(Não identificado)** - Um convidado contra e outro a favor da reforma agrária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Com a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Quero concordar com a votação em bloco. E eu queria sugerir, como já tem sido prática, que a Deputada Shéridan trocasse convocação por convite. Claro, se a pessoa se negar a vir, aí convocaremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deputada Shéridan, os itens 1 e 2...

**A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN** - Eu já expliquei para os colegas que é importante estabelecermos como convocação, tendo em vista que é uma CPI. E, considerando o que queremos apurar para nos informar, não cabe a condição de convite, não. É convocação.

**O SR. DEPUTADO EDMILSON RODRIGUES** - Então, não há consenso. Teremos que colocar isso separado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Presidente, eu gostaria de dizer a Deputada Shéridan que nós fizemos um esforço muito grande, desde o início desta CPI, para transformar todas as convocações em convites. E todos os nomes, tanto os nossos quanto os de V.Exas., foram propostos aqui sem problema nenhum.

Então, nós conseguimos andar, tanto é que temos uma lista muito grande para organizar. E nós temos vários outros nomes para propor; poderíamos, por esse mesmo critério, colocar como convocação ou convite. Temos feito sempre o convite.

Eu pediria então compreensão à Deputada Shéridan. Eu sei o quanto é importante para Roraima chamar aqui as pessoas que participaram de todo o processo da Raposa Serra do Sol. Mas, aprovando-se como convite, elas podem vir aqui.

Como se trata de um caso que, de certa forma, podíamos dizer assim, já foi pacificado, porque já passou pelo Supremo e saiu uma série de recomendações a partir desse caso específico, trazer o assunto para cá é importante para esta CPI,



até porque ele vai trazer luz para uma série de discussões que estamos fazendo aqui. Mas não necessariamente as pessoas precisam vir como convocadas. As pessoas que V.Exa. está propondo que aqui venham vão contribuir da mesma forma como convidadas. Com certeza não vão se recusar a vir.

**A SRA. DEPUTADA SHÉRIDAN** - Eu deixei bem claro que, por ser CPI, não abro mão. Não é uma condição pacificada, Deputado. E me permita dizer que V.Exa. não vive a realidade a que as pessoas hoje são submetidas, inclusive os indígenas, lá em Roraima. Eu não abro mão também porque, na condição de convocação, a pessoa é obrigada a prestar juramento; como convite, ela não vai fazer isso. E eu tenho interesse em apurar aqui alguns fatos que dizem respeito à demarcação, sim. Ela está pacificada no papel, mas na vida real, no dia a dia, não há nada pacificado lá, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Eu vou fazer uma proposta: deixo de fora esses dois requerimentos para nós deliberarmos depois.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Presidente, eu quero falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Só um minutinho.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Vamos votar um por um, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deixe-me fazer uma colocação... Qual é o requerimento?

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - É o primeiro requerimento da pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - É o do Deputado Colatto? *(Pausa.)* Não, o primeiro é o da Deputada Shéridan.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Isso. É o primeiro, vamos começar pelo primeiro.

**O SR. DEPUTADO BETO FARO** - Exatamente, pela ordem, então. Se não há acordo, será pela ordem. Agora, quanto à outra questão, eu não sei, porque o Deputado Colatto conversou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k. Então, o Deputado Colatto responde ao Deputado Sarney, que não está aqui. Mas eu passo a palavra...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, só um detalhe: o Requerimento nº 17 eu também gostaria que fosse votado separado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Deixem-me fazer uma colocação, um esclarecimento. Há o Requerimento nº 183, item 17, do Deputado Nilto Tatto, que *“solicita à Presidência da Câmara dos Deputados a disponibilização de recursos orçamentários para o custeio das despesas concernentes à colaboração do Dr. João Arnaldo Novaes Júnior (...)”*.

Já há outras colocações de assessores, aliás, de pessoas que estão prestando um trabalho, como o Procurador Rodinei Candeia e um delegado. Mas eu quero informar que há um caso semelhante ao que V.Exa. está propondo, Deputado Nilto Tatto. A Deputada Tereza Cristina propôs ouvirmos um advogado do Mato Grosso do Sul. Eu pediria que nós retirássemos esse processo, esse requerimento, porque a Diretoria-Geral da Casa tem um parecer contrário ao requerimento da Deputada Tereza Cristina, que vai mais ou menos na mesma direção do de V.Exa. Então, eu estou solicitando a elaboração de uma nota técnica para explicar o porquê. Já existe esse caso da Deputada Tereza Cristina, que vai mais ou menos na mesma direção do caso de V.Exa. Nós então poderíamos deixar...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu quero aqui, com todo o respeito, chamar a atenção para as duas situações. Nem no caso da Deputada Tereza Cristina, que é minha parceira, é inclusive Sub-Relatora, nem no caso do Deputado Nilto Tatto, em nenhum desses casos, há regimentalmente legalidade para se contratar aqui. A contratação de equipe para uma CPI é uma decisão do Presidente e do Relator. Eu não fui escolhido Relator para todo mundo ficar montando equipe. Eu vou ser bem franco com V.Exas. Até agora ninguém colocou o pé nessa porta e eu estou colocando agora, dizendo que quem monta a minha equipe na relatoria sou eu, de acordo com o Regimento e o Presidente da Casa. Eu não aceito esse requerimento, ele não é regimental, nem o anterior que foi aprovado era.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Sr. Presidente, primeiro eu queria fazer um esclarecimento. Deputado Nilson Leitão, por favor, eu gostaria que V.Exa. ouvisse. Quando da aprovação, aqui no plenário, do nome do primeiro servidor para ajudar no trabalho da Secretaria, foi acordado — e V.Exa. estava à mesa também —



que poderíamos também indicar um nome, e nós fomos atrás do nome e o indicamos. A Deputada Tereza Cristina, quando apresentou outro nome, nós questionamos, porque não era de servidor público, portanto não poderia ser alocado aqui.

E aqui peço um esclarecimento: essa avaliação da Mesa da Câmara é com relação aos nomes que foram apresentados aqui ou foi feita em cima deste caso específico que a Deputada Tereza Cristina apresentou, e que nós questionamos no sentido de que só poderia ser alocado aqui servidor público? Eu só queria esse esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - A Diretoria-Geral está questionando. Ainda não foi indeferido o pedido, que está em análise. Eu estou encaminhando ao Diretor-Geral uma consulta legislativa para que nos esclareça melhor essa questão. Eles não decidiram ainda. A questão está sob apreciação. Como há o requerimento da Deputada e o de V.Exa. e, agora, a posição do próprio Relator...

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Por isso estou falando que são dois casos diferentes. O caso que nós estamos apresentando aqui, o do meu requerimento aí colocado, é o mesmo que aprovamos: a indicação de um assessor. Foi acordado que nós poderíamos apresentar um nome. Então, eu peço que o Deputado Nilson Leitão reconsidere...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu vou colaborar no seguinte ponto...

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Peço que reconsidere também sua proposta de retirar da pauta. Acho que não é o caso de retirar da pauta. Nós podemos aprová-lo, porque ele é diferente. Não é o mesmo caso desse questionamento. No caso da Deputada Tereza Cristina, o nome não é de servidor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - A situação é semelhante, Deputado.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - É praticamente o mesmo caso.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Não, não. Não é.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Tanto a Deputada Tereza Cristina como V.Exa. apresentaram mais ou menos a mesma situação, porque os nomes não são de servidores.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Não, não. Um é servidor público, hoje está lotado no Ministério do Meio Ambiente. É a mesma situação do outro caso, em que, se não me engano, o indicado era Procurador. Mas é diferente do caso que a Deputada Tereza Cristina apresentou, em que o nome não é de servidor público. Ele é assessor da Federação da Agricultura, se não me engano, do Mato Grosso do Sul, não é isso? Não é servidor público, entendeu? Então, são casos diferentes.

Eu pediria então que aprovássemos o nosso requerimento, que é idêntico — o nome é de servidor público —, conforme nós acordamos ainda no ano passado.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Sr. Presidente, eu quero aqui fazer a seguinte correção: primeiro, como Relator, eu não indiquei, de cunho pessoal, um nome de assessoria. Eu fiz convocação para a Polícia Federal indicar, e foi indicado um delegado federal; não escolhi ideologicamente A ou B para vir para cá. Então, para acabar com essa polêmica e para dar andamento a esta CPI, como deve acontecer, quero aqui manter o que eu disse, com todo o respeito à Deputada Tereza Cristina, ao Deputado Valdir Colatto, ao Deputado Nilto Tatto. Aliás, eu estou criando uma indisposição pessoal para ver se a CPI anda de forma diferente. Então, na verdade, quanto a esses requerimentos, eu quero manter o que disse: eles continuam prejudicados. E que se convoquem pessoas do setor, do Ministério Público, da Polícia Federal!

Sugiro que façam como eu estou fazendo no meu gabinete. Como eu coloco como prioridade esta CPI, assessor do meu gabinete dedica praticamente 80% do seu tempo a esta CPI. Então, eu sugiro ao Deputado Nilto Tatto que faça como eu fiz, coloque alguém do seu gabinete à disposição da CPI. Eu disponibilizei o meu assessor. A única indicação que eu fiz nesta CPI foi para a Polícia Federal indicar um delegado federal — o qual foi indicado para esta CPI. Funcionários meus, mantidos pelo meu gabinete, é que estão assessorando a CPI, com salário pago pelo meu gabinete. Então, eu sugiro a mesma coisa aos demais Deputados que querem dar essa colaboração.





**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Deputado Nilson Leitão, então nos diga claramente aqui que V.Exa. não está mais cumprindo com a palavra que foi dada lá atrás...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu já disse... Na verdade, eu estou...

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - V.Exa. estava à mesa, como Relator...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Quero olhar essa ata para saber se eu estava à mesa como Relator, inclusive.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - O senhor estava à mesa, como Relator, e também o Presidente Alceu Moreira. Então diga claramente se é isso...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Claramente, em cima disso...

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - ...se não há mais esse acordo.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Não há mais esse acordo.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Não há mais esse acordo (*ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Não há mais esse acordo. A própria Mesa Diretora é contra isso.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Então nós vamos à votação. Nós vamos fazer...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Regimentalmente, houve um erro.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Nós vamos fazer...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Regimentalmente. Não é porque se errou que tem que se errar de novo. Vamos corrigir o erro do passado, encerrar esse assunto e seguir o Regimento.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Mas o assessor que foi contratado, cujo nome foi aprovado aqui, à custa da CPI, está viajando para participar de uma diligência, não é?

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Daqui a pouco... Quem?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Foi aprovado aqui como outro servidor...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Requisitado. Não é remunerado. Se quiser disponibilizar advogado para cá, sem nenhuma remuneração, não há nenhum problema.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - É isso!



**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Coloque tantos quiser aqui, sem remuneração.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Mas nós não estamos pedindo que se remunere.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Agora, se for remunerado, está vetado.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Nós não estamos pedindo que se remunere. Não há pedido para remunerar.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Sr. Presidente, posso...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Pois não, Deputado Valdir Colatto.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Aqui temos um monólogo...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu vou ler o requerimento dele: *“Solicito à Presidência da Câmara dos Deputados a disponibilização de recursos orçamentários para o custeio de despesas concernentes à colaboração do Dr. João Arnaldo Novaes Júnior”* — que é do Instituto Chico Mendes — *“para integrar a equipe de trabalho desta CPI, como colaborador eventual”*.

Não dá! Se cada Deputado quiser colocar um colaborador...

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Não, não está pedindo... Ele vem com a remuneração de lá.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Presidente, só quero dizer o seguinte: eu consultei também sobre essa possibilidade, como Sub-Relator, e me foi negado. Disseram que eu não poderia fazê-lo. Então, se nós levarmos em conta todos os partidos aqui — são 32 na Casa; acho que todos estão representados nesta CPI —, se cada um trouxer um assessor para a CPI, o que vai acontecer? Uma Torre de Babel. E, na verdade, essa decisão é da Presidência e do Relator. Ponto.

Então, nós não podemos abrir... É o item 17. Não há acordo. Não há acordo. Nós pedimos para tirá-lo de pauta. Se não vamos tirá-lo de pauta, vamos à votação. Não há como nós...



E também quero colocar o que foi levantado pelo Deputado Sarney Filho a respeito do item 7, um requerimento de nossa autoria, envolvendo a questão indígena e quilombola e também a questão ambiental.

Todo mundo aqui faz o discurso segundo o qual as reservas indígenas têm que ser mantidas para se manterem o meio ambiente e as florestas. Agora não é mais meio ambiente. O índio não é mais um ambientalista que defende, que preserva o meio ambiente. Eu não estou entendendo. Então vamos mudar o discurso, porque, na verdade, há, sim, seu envolvimento nessa questão. Ou, simplesmente, vamos mudar essa questão, e nunca mais se fala que índio é preservacionista — vamos dizer que índio é índio e meio ambiente é meio ambiente e acabar principalmente com o discurso do Deputado Sarney Filho, que sempre diz que quem preserva o meio ambiente são os indígenas, e não quer envolvimento dos indígenas com o meio ambiente. Não entendi. Não entendi.

Então, eu não retiro o meu requerimento, que fica como está, e o coloco sob apreciação da CPI.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Presidente, eu só quero esclarecer que no requerimento não se está pedindo que a CPI, a Comissão pague o salário do servidor. O que pedimos é: como no caso do outro servidor — isto já foi aprovado aqui —, se for preciso fazer uma diligência, que a CPI pague as despesas de viagem, da mesma forma...

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Presidente, eu sugiro, devido à polêmica, pegarmos a ata. Regimentalmente, aqui não se pode nem pedir recurso orçamentário. O Regimento é claro. Não pode haver nenhum tipo de despesa da Casa com isso. Está escrito no Regimento. Eu sugiro o seguinte: retirar. Vamos olhar essa ata, ver o que foi colocado, até pela lisura do Deputado Nilton Tatto. Eu quero ler essa ata, saber o que houve nesse acordo de fato, para ter aqui a memória bem aflorada e não prejudicar o requerimento dele. Mas não dá para votá-lo agora. E eu acho que os demais, como o do Deputado Valdir Colatto e o da Deputada Tereza Cristina, estão prejudicados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

Com a palavra o Deputado Beto Faro.



**O SR. DEPUTADO BETO FARO** - Só para mantermos aqui o entendimento. Eu participei das sessões. Na primeira sessão, na segunda, numas três sessões desta Comissão, nós discutimos esse tema, desde a instalação. Houve acordo entre nós. Cada setor aqui poderia indicar colaboradores, para termos uma posição e outra. Seria um colaborador, foi o que nós dissemos. Um colaborador. E o outro colaborador que está indicado não recebe salário, e nós não queremos que a pessoa daqui receba salário. Mas, numa diligência como essa, que vai estar no Rio Grande do Sul, bancamos, sim, como está sendo bancado para o outro colaborador. É simplesmente isso. Nós não temos nenhuma questão.

Com relação ao Deputado Valdir Colatto... Deputado Colatto, podemos tentar ver uma questão, até porque o Deputado Sarney Filho saiu: se ele puder alterar no requerimento — eu não sei se pode, depende dele —, que seja para as questões das comunidades quilombolas e indígenas, que são objeto do trabalho da nossa CPI. Se o requerimento for até aí, fechou. Nós não teríamos nenhum problema. Senão, nós vamos ter que votar. E vamos fazer o procedimento normal aqui de votação nominal. Vamos fazer todo o processo a que temos direito.

Eu, inclusive, se essa for a postura... Nós temos tido uma postura, também, de colaboração para o andamento dos trabalhos aqui. Se essa for a postura... Nós fechamos um acordo lá atrás, indicamos uma pessoa. A bancada indicou uma pessoa para fazer parte da colaboração. Está fazendo esse trabalho, e com as despesas de passagem, inclusive, pagas, pelas nossas informações, pela CPI. E agora se muda de posição? Aí, nós vamos... Eu, por exemplo, aqui não pedi leitura de ata, não pedi nada. Estou aqui no sentido de colaborar, muitas das vezes votando requerimento em bloco. A partir de hoje, não será do mesmo jeito. Também de nossa parte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k. O Deputado Nilson Leitão sugere a leitura da ata. Então eu vou submeter a V.Exas. que deixemos... Há o requerimento da Deputada Tereza Cristina que está em discussão na Diretoria-Geral, na Mesa. Eu sugeriria que esse requerimento do Deputado Nilto Tatto nós retirássemos também — e vai ser discutido na próxima reunião, com a leitura da ata, o que o Deputado Nilson Leitão está pedindo —, para que possamos discutir esses três. E eu estou solicitando ao Diretor da Consultoria Legislativa da Casa a



elaboração de uma nota técnica especificamente sobre o caso da Deputada Tereza Cristina, que logicamente vai servir para outros casos também, certo? Então, já estou encaminhando essa solicitação de nota técnica.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Presidente, só uma emenda: podíamos verificar a ata e também o texto dos requerimentos que nós aprovamos, não só o do caso apresentado pela Deputada Tereza Cristina. Estou falando dos outros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

**O SR. DEPUTADO NILTO TATTO** - Estou recebendo informação aqui da assessoria, segundo a qual o texto que está apresentado no meu — e eu aceito retirar para discutir na próxima reunião — foi copiado; é o mesmo texto da outra.

**A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA** - Só para esclarecimento, devo dizer que esse consultor não está fazendo parte de diligência nenhuma. Ele viria para consubstanciar a sub-relatoria do INCRA. Estou falando sobre o meu caso, que a Mesa está discutindo — e dizendo que não concorda. Só para esclarecimento: ele não recebe nada, e viria só para nos ajudar na montagem do relatório final. Não faz parte de diligência nenhuma.

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Deputada Tereza, só para colaborar com essa informação, porque eu acho que o Deputado Beto não está lembrando direito. As únicas pessoas que estão à disposição aqui, requisitadas, são um Procurador — foi uma solicitação do Presidente, é prerrogativa dele; não é preciso nem aprovar aqui...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - É prerrogativa dele indicar quem ele quiser. E a outra pessoa é o Delegado Federal. A aprovação foi por mera democracia; regimentalmente não é preciso aprovar isso em plenário. Então, não houve indicações.

**(Não identificado)** - Democracia entre dois...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - A terceira situação, a da Deputada Tereza Cristina, não está aprovada, e agora está havendo essa. É o que eu estou dizendo: isso não vai parar!

**(Não identificado)** - Discutiu com quem?



**(Não identificado)** - *(Inaudível.)* Foi combinado aqui. V.Exa. está rompendo o acordo. Tudo bem!

**O SR. DEPUTADO NILSON LEITÃO** - Eu vou ler a ata depois com calma, Deputado Beto, até porque esta sessão não vai matar a CPI inteira. Vou me dar o direito de lê-la com calma para saber se V.Exa. está com toda a razão ou com parte dela. Por eu não ser dono da verdade, tenho certeza de que V.Exa. também não o é.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Só para complementar esse assunto, então há a nota técnica e a ata. Na próxima sessão, o Deputado Nilto Tatto concorda em retirar... Aqui está a nota técnica, e nós já estamos encaminhando para a Diretoria-Geral da Casa.

Deputado Valdir Colatto, sobre a proposta que o Deputado Beto Faro fez...

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Presidente, eu tenho um pedido também para uma consultoria sem custos para a Casa. Como não foi aprovado, eu vou tê-lo sem custo para ninguém, para que possamos realmente trabalhar esse processo, e para que haja alguém com conhecimento dessa situação para nos ajudar na sub-relatoria da FUNAI, que é a nossa responsabilidade.

O Deputado Beto Faro fez uma proposta sobre a pauta. Então, eu consulto a Presidência para saber se, retirada a expressão “meio ambiente” do nosso Requerimento nº 172, uma requisição ao Ministro do Planejamento, se retirada a questão do meio ambiente — é o item 17, que V.Exa., Sr. Presidente, levará para discussão na próxima sessão, ou adiante —, há acordo para votação em bloco de todos os requerimentos que estão na pauta. Se houver acordo, retirando-se o item 17, nós retiraremos a expressão “meio ambiente” do item 7, do 178, e concordamos em votar em bloco todos os itens da pauta.

**O SR. DEPUTADO VALMIR ASSUNÇÃO.** - E “assemelhadas”.

**O SR. DEPUTADO BETO FARO** - Eu tenho acordo para que façamos isso, menos quanto ao 1 e 2, porque há uma diferença. Tira-se o 1 e 2, ficam separados, e vamos fazer...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Peço só um minutinho. Então, “meio ambiente e outras situações assemelhadas”, Deputado Colatto?

**(Não identificado)** - Isso. Pode ser.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k. Então, como é autor do requerimento, ele faz a retirada do termo “meio ambiente”, a pedido dos Deputados Beto Faro e Valmir Assunção e também do Deputado Sarney Filho, que haviam feito a colocação.

**O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO** - Presidente, há os itens 1 e 2, em que a Deputada Shéridan está pedindo a convocação. Aí, não; temos que ver como vamos tratar desses dois itens.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - O.k.

Eu vou propor que possamos, digamos assim, votar os outros requerimentos, deixando de lado o item 1, o 2 e o 17, do Deputado Nilto Tatto, com a alteração do Requerimento, item 7, do Deputado Valdir Colatto, conforme a solicitação dos Deputados Sarney Filho, Valmir Assunção e Beto Faro. Pode ser?

**O SR. DEPUTADO BETO FARO** - O item 1 e o 2 já ficam para a próxima...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Luis Carlos Heinze) - Eu os retiro de pauta.

Então, são os itens 1, 2 e 17, e a alteração no item 7. O.k.? *(Pausa.)*

Eu vou passar à leitura, conforme o combinado.

Item 3. Requerimento nº 168, de 2016, do Deputado Nilson Leitão, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte — DNIT, de informações e documentos.

Item 4. Requerimento nº 169, de 2016, do Deputado Nilson Leitão, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Presidente do IBAMA, de informações e documentos.

Item 5. Requerimento nº 170, de 2016, do Deputado Nilson Leitão, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta CPI o pedido ora formulado de requisição, à Fundação Nacional do Índio, de informações e documentos.

Item 6. Requerimento nº 171, de 2016, do Deputado Valdir Colatto, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Ministro da Defesa, da remessa de relatório consolidando informações daquela Pasta referentes aos itens que lista.



Item 7. Requerimento nº 172, de 2016, do Deputado Valdir Colatto, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, de um relatório contendo informações relativas a empreendimentos do Governo Federal nos quais há óbices representados por populações indígenas, remanescentes das comunidades dos quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais... Retire-se do requerimento a expressão "meio ambiente e outras situações assemelhadas", a pedido do autor do requerimento.

Item 8. Requerimento nº 173, de 2016, do Deputado Valdir Colatto, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite, para serem ouvidos, nesta CPI, aos cidadãos brasileiros de etnias indígenas que enumera: Álvaro Tukano (Álvaro Fernandes Sampaio), liderança indígena da etnia dos Tukanos, na região de São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas; Almir Suruí (Almir Narayamoga Suruí), liderança indígena da etnia dos Suruís, na terra indígena Sete de Setembro, em Cacoal, no Estado de Rondônia; Sílvia Nobre Lopes (Kayne, nome indígena), tenente do Exército Brasileiro, servindo no Hospital Central do Exército, na cidade do Rio de Janeiro, nascida na aldeia da etnia Wajãpi, no Estado do Amapá.

Item 9. Requerimento nº 174, de 2016, do Deputado Nilson Leitão, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Departamento de Polícia Federal, por meio de seu Diretor-Geral, de informações e documentos a respeito do conflito envolvendo os indígenas tupinambás de Olivenças, na região Sul do Estado da Bahia.

Item 10. Requerimento nº 175, de 2016, do Deputado Nilson Leitão, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Delegado-Chefe da Delegacia da Polícia Federal de Passo Fundo, de informações e documentos.

Item 11. Requerimento nº 176, de 2016, do Deputado Nilson Leitão, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Presidente da Fundação Nacional





do Índio, de informações e documentos a respeito do conflito envolvendo os índios tupinambás de Olivença, na região sul do Estado da Bahia.

Item 12. Requerimento nº 177, de 2016, do Deputado Nilson Leitão, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, de cópia integral do processo de titulação de terras nos Municípios de Novo Mundo e União do Sul, conforme especificado a seguir.

Item 13. Requerimento nº 178, de 2016, do Deputado Sergio Souza, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite à Sra. Maria Lúcia de Oliveira Falcón, Presidente do INCRA, para discorrer sobre a lei que ratifica títulos de imóveis rurais em faixa de fronteira.

Item 14. Requerimento nº 179, de 2016, do Deputado Osmar Serraglio, que requer o convite ao Sr. Lázaro Ramos, para ser ouvido nesta CPI.

Item 15. Requerimento nº 180, de 2016, do Deputado Osmar Serraglio, que requer o convite aos Srs. Roberto João Weber e Fabian Vendruscolo, Prefeito de Guaíra, no Paraná, para serem ouvidos nesta CPI.

Item 16. Requerimento nº 181, de 2016, do Deputado Nilson Leitão, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Ministério Público Federal, por meio do Procurador-Geral da República, de informações e documentos a respeito do conflito envolvendo os indígenas tupinambás de Olivença, na região sul do Estado da Bahia.

Item 17, retirado de pauta.

Item 18. Requerimento nº 184, de 2016, do Deputado Valdir Colatto, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao reitor da Universidade de Brasília, de documentos conforme especifica.

Item 19. Requerimento nº 185, de 2016, do Deputado Valdir Colatto, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Ministro da Justiça, para que



apresente relatório contendo informações sobre a homologação de terras indígenas nos termos que especifica.

Item 20. Requerimento nº 186, de 2016, do Deputado Valdir Colatto, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao periódico *Folha de S.Paulo*, da remessa de série de vídeos conforme especifica.

Item 21. Requerimento nº 187, de 2016, do Deputado Valdir Colatto, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Ministro-Chefe da Casa Civil, de informações sobre o posicionamento do Governo brasileiro em face da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 2007.

Item 22. Requerimento nº 188, de 2016, da Deputada Tereza Cristina, que requer que seja convidado o Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário para audiência pública a debater a Política Nacional de Reforma Agrária.

Item 23. Requerimento nº 189, de 2016, da Deputada Tereza Cristina, que requer que seja convidado o Senador Ronaldo Caiado para audiência pública a debater a Política Nacional de Reforma Agrária.

Item 24. Requerimento nº 190, de 2016, da Deputada Tereza Cristina, que requer que seja convidado o Sr. Maurício Schneider para audiência pública a debater a questão do desmatamento na Floresta Amazônica e em assentamentos rurais.

Item 25. Requerimento nº 191, de 2016, da Deputada Tereza Cristina, que requer que seja convidado o Sr. Zander Soares Navarro para audiência pública a debater a Política Nacional de Reforma Agrária.

Item 26. Requerimento 192, de 2016, da Deputada Tereza Cristina, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Tribunal de Contas da União, de informações e documentos.

Item 27. Requerimento nº 193, de 2016, da Deputada Tereza Cristina, que requer que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de requisição, ao Presidente do Instituto



Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, de informações e documentos.

Item 28. Requerimento nº 194, de 2016, do Deputado Luis Carlos Heinze, que requer que seja formulado convite ao Senador Ivo Cassol, ex-Governador do Estado de Rondônia.

São esses os requerimentos.

Coloco em votação todos os requerimentos em bloco.

Os Srs. Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 10, quinta-feira, às 9h30min, para tomada de depoimento dos Srs. Jacques Alfonsin, ex-professor da Escola Superior do Ministério Público — Requerimento nº 32, de 2015, do Deputado Beto Faro —, e Jeferson Rocha, advogado — Requerimento nº 41, de 2015, do Deputado Valdir Colatto.

Está encerrada a presente reunião.